

## **Disputa e poder simbólico: a materialização da religião na história urbana de Vitória da Conquista, BA**

**Dispute and symbolic power: the materialization of religion in the urban history of Vitória da Conquista, BA**

Enviado em: 10-11-2025

Aceito em: 13-01-2026

**Wesley Lima<sup>1</sup>**

### **Resumo**

O presente artigo objetiva analisar o papel da religião na consolidação e disputa simbólica do espaço urbano de Vitória da Conquista (BA). O foco recai na interpretação e análise da iconografia dos seis principais monumentos religiosos do município, dispostos em ordem cronológica de implantação: o Cruzeiro da Serra do Periperi (1926), a Catedral Metropolitana Nossa Senhora das Vitórias (1944), o Cristo de Mário Cravo (1980), o Monumento aos Dez Mandamentos (1982), o Monumento à Bíblia (1984) e a Estátua da Nossa Senhora das Vitórias (2005). A pesquisa investiga a aceitação iconográfica desses marcos e sua inserção no discurso religioso que estrutura a fundação e o desenvolvimento territorial. A metodologia combina levantamento bibliográfico com a aplicação do método fenomenológico e da semiótica para a interpretação da paisagem. Os resultados demonstram que a consolidação urbana da cidade foi impulsionada por uma memória fundacional fortemente católica, ratificada pela associação da própria emancipação do município a um evento milagroso. Contudo, a análise da iconografia revela uma disputa de poder no espaço público, marcada pela ascensão de símbolos evangélicos em contraposição à hegemonia católica histórica, refletindo as transformações socioculturais do território.

**Palavra-chaves:** Monumentos; História; Vitória da Conquista; símbolos religiosos.

---

<sup>1</sup> Realiza Estágio Pós-Doutoral na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (2025), com tese vinculada à linha de pesquisa: Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional e ao eixo temático: Estudos Culturais e da Religião. Mestre em Geografia pela mesma instituição (2021), na área de concentração: Dinâmica Geoterritorial e Geoambiental, com pesquisas desenvolvidas na linha de Estudos Geoterritoriais. Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2022) e em Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho (2022), ambas pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em História do Brasil pela Faculdade Única de Ipatinga (2025). Graduado em História (Licenciatura) pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (2018). Atua principalmente nas áreas de História e Geografia, com ênfase em História Urbana, Geografia Cultural, Desenvolvimento Regional, Patrimônio Cultural, Identidade, Religião, Política e Memória. lima.wesley@mail.uff.edu.br

## Abstract

The present article aims to analyze the role of religion in the symbolic consolidation and dispute within the urban space of Vitória da Conquista, Bahia (BA). The focus lies on the interpretation and analysis of the iconography of the six main religious monuments in the municipality, presented in chronological order of implementation: the Cruzeiro da Serra do Periperi (1926), the Metropolitan Cathedral Nossa Senhora das Vitórias (1944), the Christ by Mário Cravo (1980), the Monument to the Ten Commandments (1982), the Monument to the Bible (1984), and the Statue of Nossa Senhora das Vitórias (2005). The research investigates the iconographic acceptance of these landmarks and their inclusion in the religious discourse that structures the municipality's foundation and territorial development. The methodology combines bibliographic review with the application of the phenomenological method and semiotics for landscape symbols interpretation. The results prove that the city's urban consolidation was driven by a strongly Catholic foundational memory, ratified by associating the municipality's own emancipation with a miraculous event. However, the iconographic analysis reveals a power dispute in the public sphere, characterized by the rise of Evangelical symbols in opposition to historical Catholic hegemony, which indicates sociocultural shifts in the territory.

**Keywords:** Monuments, History, Vitória da Conquista, Religious symbols

## Introdução

Um elemento basilar no desenvolvimento das cidades brasileiras é a dimensão religiosa. O sagrado e o político se entrelaçam e moldam a formação social e o cotidiano do espaço urbano. Nesse aspecto, a religião se consagra como uma força potente e influente nas práticas e representações. Ela normatiza ritos e discursos cotidianos, fazendo com que símbolos ocupem os mais variados espaços do tecido urbano e projetem sua importância, seja por meio de edifícios como catedrais e templos, ou de esculturas, como santos e cruzeiros.

O presente texto tem como objetivo principal descrever e analisar os principais monumentos religiosos de Vitória da Conquista – BA, terceira maior cidade da Bahia, localizada no sudoeste do estado e a aproximadamente 113 km da divisa com Minas Gerais. Conhecida historicamente como região do Sertão da Ressaca, sua fundação está permeada pelo mito dos bandeirantes que conquistaram o território em disputa com os povos locais, indígenas, batizando a cidade em homenagem à Santa Vitória da Conquista, que teria auxiliado na conquista e massacre.

Além disso, o território é popularmente chamado de "Suíça Baiana", uma referência simplória, mas poderosa, às baixas temperaturas anuais e à sua altitude elevada de quase 1000m. Contudo, essa alcunha vai além do fator geográfico, pois opera um branqueamento simbólico do território indígena e negro, ao associar a cidade a uma Europa fria e deslocá-la das demais cidades baianas. Essa referência, que sugere que "Conquista é quase Minas Gerais", afasta o caráter cultural e identitário das raízes ancestrais e territoriais originárias.

Essa tensão histórica e simbólica é notada no espaço urbano, especialmente nas representações religiosas de maior notoriedade e visibilidade. Tais símbolos representam, sobretudo, as categorias católica e evangélica, silenciando e invisibilizando a presença de outros grupos e crenças locais, como os povos de santo, umbanda e candomblé, grupos que englobam majoritariamente a população negra e indígena de Conquista. Nesse sentido, a pesquisa propõe uma narrativa exploratória sobre os monumentos religiosos, identificando-os e analisando seus significados e sentidos para a construção da memória local, oficial e da identidade do conquistense, marcada por esses conflitos simbólicos.

Assim, o estudo se divide em duas seções. Na primeira, realiza-se a identificação e a análise dos símbolos religiosos, com a descrição detalhada dos monumentos: o Cristo de Mário Cravo, o Monumento à Bíblia, o Monumento aos Dez Mandamentos, a Catedral Metropolitana Nossa Senhora das Vitórias, a Estátua da Nossa Senhora das Vitórias e o Cruzeiro da Serra do Periperi. Os argumentos detalham a localização e o período de construção desses monumentos, estabelecendo as relações entre seus sentidos e a criação de uma identidade religiosa na cidade.

Na segunda seção, a discussão se aprofunda teoricamente, problematizando o silenciamento e o ocultamento de outras crenças, bem como o apagamento das religiões de matriz africana, reforçado pela alcunha de "Suíça Baiana". O debate considera os apontamentos de Corrêa (2007; 2013) sobre o domínio simbólico dos monumentos no espaço urbano e as relações entre religião e política. Argumenta-se também em torno da laicidade do Estado e da liberdade religiosa, pautado pelas reflexões de Giumbelli (2004; 2008) e Mariano (2011). Os monumentos são, por fim, analisados como discursos materializados que associam memória e identidade,

utilizando os trabalhos de Durkheim (1996) e Gil Filho (2012). O texto é encerrado pelas considerações finais.

### **Os monumentos religiosos da cidade de Vitória da Conquista – BA**

Os monumentos são concebidos como construções que marcam o espaço urbano. Tradicionalmente, eles se manifestam na forma de edificações elitistas, meticulosamente moldadas para expressar o poder daqueles que o detêm ou que o detiveram (LIMA, 2025, p. 52). Essa natureza nos leva a reconhecer que tais estruturas são, inherentemente, produções ideológicas de cunho potencialmente classista e governamental. Neste sentido, o historiador Giulio Carlo Argan (1999, p. 64) ressalta que o “monumento é o edifício expressivo e representativo de valores históricos e ideológicos de alto valor moral para a comunidade, em outras palavras, é o edifício que pode adquirir valor de símbolo”.

Corroborando essa perspectiva e enfatizando a dimensão espacial e simbólica, destacam-se as contribuições do geógrafo Roberto Lobato Corrêa. O autor tece ressalvas sobre o papel dos monumentos, definindo-os como:

Construções grandiosas como estátuas, obeliscos, colunas, memoriais e templos, os monumentos são representações materiais de eventos passados. Integram o meio ambiente construído, compondo de modo marcante a paisagem de determinados espaços públicos da cidade (CORRÊA, 2007b, p. 9).

Nas palavras de Gil Filho (2012), o homem tem a capacidade de impregnar o mundo conforme seus intentos. Assim, aqueles que dispõem do poder simbólico constroem espaços de representação que manifestam valores e desejos pessoais ou coletivos. É no espaço urbano que a relação entre homem e objeto se faz existente, suscitando-se, desse modo, o controle sob as alegorias fundamentadas no religioso e no político. Ora, as representações monumentais, como construções que partem inicialmente do desejo político daquele que detém o poder, são concebidas para ocasionar ligações entre os sujeitos e os objetos erguidos. Desse modo, têm-se os monumentos religiosos como representações coletivas.

Conforme nos aponta Durkheim (1996, p. 16), “as representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas” e os símbolos religiosos mencionados constituem elementos do cotidiano social, o que faz com que, por isso, acabem sendo incontestavelmente acolhidos pela população. Em complemento, pode-se argumentar em torno de uma geografia da religião, na qual o sagrado, as representações e os símbolos impregnam o espaço em busca da territorialização da religião e, consequentemente, da formação de uma identidade religiosa.

Dessa forma, edificações simbólicas idealizadas por grupos detentores de poder exprimem valores, ideais e significados políticos e sociais. Nesse campo, o potencial político das formas urbanas se estende e, frequentemente, cristaliza-se também em anseios e representações de cunho religioso ou sagrado. Isso ocorre, pois, historicamente, as relações entre o sagrado e a sociedade sempre foram expressivas e profundamente interligadas.

A respeito disso, em Vitória da Conquista - BA, há disposto pelo tecido urbano da cidade algumas representações materiais simbólicas de cunho religioso, que são objetos de análise desse estudo. Nesta cidade, o imbróglio da origem das religiões é discutido por Águia (2007), que aborda em sua tese como as religiões foram sendo implantadas em Vitória da Conquista desde o processo da conquista. Assim, o autor destaca os principais grupos familiares que inseriram determinadas crenças nesse território, mencionando, por exemplo:

[...] Os Golçalves da Costa, que doaram a área hoje pertencente à Igreja Católica e construíram o primeiro templo desta tradição religiosa na cidade, cuja obra se deu em 1808; os Dantas, responsáveis pela introdução do espiritismo kardecista nos anos 1890; e, particularmente, os Silva e Gusmão, que implantaram o protestantismo e criaram a 1º Igreja Batista (ÁGUIAR, 2007, p. 38).

Com a inserção dessas crenças nesse território, emancipado em 1840, o processo de urbanização levou à edificação de monumentos, esculturas e templos religiosos. Tais construções não apenas enfatizam a predominância dessas fés, mas também ratificam seu poder sobre a paisagem urbana, a memória e a identidade dos habitantes da cidade.

Nesse contexto de hegemonia espacial e simbólica, a Catedral Metropolitana Nossa Senhora das Vitórias surge como o principal marco religioso da cidade, tanto em importância histórica quanto em localização. A principal igreja da cidade foi inaugurada em 1947 e está localizada na Praça Tancredo Neves, no Centro. A história da construção desse edifício monumental remonta à ocupação do território pelos bandeirantes liderados por João Gonçalves da Costa, quando a igreja original foi fundada no local em 1808 e finalizada em 1820.

É fundamental destacar que o local onde o edifício foi erguido correspondia às antigas aldeias dos povos indígenas Mongóio, Pataxó e Imboré, que foram massacrados e expulsos pelos bandeirantes. Essa primeira instituição foi demolida em 1930 para dar lugar à nova edificação. A construção da atual Catedral, no estilo arquitetônico neogótico, foi concluída em 1944, apresentando traços clássicos e notáveis como pinturas sacras nas paredes e no teto (Figura 1).

Figura 1. Vitória da Conquista, BA: Edifício monumental da Catedral Metropolitana Nossa Senhora das Vitórias.



Fonte: O autor, 2025.

A fundação da Catedral nesse local não é casual. Ao ocupar o antigo sítio das aldeias indígenas e por se localizar na Praça Tancredo Neves, no Centro, o monumento consolida a vitória do projeto de colonização, apagando a memória dos povos originários e institucionalizando a fé católica no coração da cidade. Dessa forma, a Catedral Metropolitana Nossa Senhora das Vitórias atua não apenas como um templo, mas como um poderoso artefato de memória seletiva e um marco inegável do poder simbólico no espaço urbano.

O poder simbólico da Catedral é ainda mais reforçado por sua íntima ligação com a origem do nome da cidade. A ocupação territorial do Sertão da Ressaca foi marcada pela forte resistência indígena, resultando em diversos conflitos armados entre os bandeirantes de João Gonçalves da Costa e os povos nativos (ROCHA, 2018). A narrativa construída pela Igreja e pelos conquistadores aponta que a vitória final dos bandeirantes só foi possível graças à intervenção de um "milagre" atribuído a Nossa Senhora das Vitórias.

De acordo com essa lenda fundacional, durante a batalha, Gonçalves da Costa teria avistado uma indígena que, ao fugir, revelou-se em seu semblante como a imagem da Virgem. A vitória subsequente da bandeira foi creditada à intercessão da santa, levando à fundação da igreja naquele mesmo local em sua homenagem. Desse conflito e da suposta intervenção divina originou-se o nome da cidade: Arraial da Conquista e, posteriormente, Vitória da Conquista (Viana, 1982; Morais, 2009; Oliveira e Paraíso, 2011). É crucial destacar que essa narrativa serve para mitigar o genocídio da população indígena, camuflando a violência e a expropriação territorial inerentes ao processo de conquista.

Assim, considera-se que a edificação da Catedral está em consonância com os apontamentos de Rosendahl (2012), que analisa os atos e formas pelos quais a religião e a política utilizam para marcar sua crença e reafirmar uma identidade. A autora destaca:

É marcante a relação dialética entre a política da comunidade e a ordem religiosa: a comunidade religiosa constrói a Igreja, que, na função político-social, sustenta a própria comunidade. Seja na ordem religiosa, seja na ordem política, o território responde a ambas as funções. Ao classificar a instituição religiosa como um agente modelador do espaço, é possível reconhecer a forma e a intensidade do poder desse agente. O sagrado reflete

tanto uma identidade de fé quanto um sentimento de propriedade mútuo (ROSENDALH, 2012, p. 86–87).

Essa análise de Rosendahl (2012) é fundamental, pois estabelece que a presença religiosa no espaço urbano não é neutra; ela é, essencialmente, um ato de poder. O território, ao responder às ordens religiosa e política, torna-se o local onde a Igreja materializa seu "capital religioso", modelando a identidade da comunidade e garantindo a exclusividade de sua fé.

Nesse aspecto, para a instalação de monumentos em locais de ampla visibilidade, como uma praça, considera-se, entre outros fatores, a importância histórica do local. Avalia-se, por exemplo, se este foi palco de alguma celebração histórica, se é um marco referencial, ou se [...] é considerado adequado ou eficaz para a celebração, contestação ou memorialização, ou ainda porque o local já é dotado de algum atributo simbólico que valorizaria os objetos simbólicos fixos [...]" (CORRÊA, 2018, p. 228).

A materialização da fé católica não se restringe, contudo, ao centro urbano. Longe da Praça Tancredo Neves, e representando um marco religioso de mesma natureza, o Cruzeiro foi o segundo monumento religioso edificado em Vitória da Conquista. Instalado em 1926, na Serra do Periperi e nas proximidades do monumento ao Cristo de Mário Cravo, sua estrutura original, feita de madeira, foi posteriormente modificada para concreto e aço após sucessivas reformas ao longo dos anos. Foi erigido pelos juízes responsáveis pela Festa de Nossa Senhora das Vitórias daquele ano, conforme atesta a inscrição gravada em sua base: "LEMBRANÇA D' O CLARIM. DEVOÇÃO DAS FESTAS DE NOSSA SENHORA DA VICTÓRIA EM 1926", seguida dos nomes dos responsáveis: "DURVAL DA COSTA BRITTO, SIFREDO PEDRAL SAMAPAIO E O D. CÂNDIDO SILVEIRA CARDOSO". Desde a sua implantação, o local onde o Cruzeiro está inserido tornou-se o principal ponto de encontro de católicos e a rota tradicional das procissões dos fiéis (Figura 2).

Figura 2. Vitória da Conquista, BA: Monumento O Cruzeiro



Fonte: Prefeitura de Vitória da Conquista, 2022.

Salienta-se que a fixação do Cruzeiro na Serra do Periperi, 86 anos após a emancipação, atua como um artefato mnemônico que reitera o ato fundacional católico da Primeira Missa no Brasil ocorrida em Santa Cruz de Cabrália - BA. A partir dessa analogia, observa-se a continuidade da história, que foi, portanto, reescrita e adaptada ao contexto local. Nesse aspecto, ao se fixar o monumento Cruzeiro em um ponto elevado da cidade, houve um simulacro, isto é, uma reprodução demonstrativa, que envolve as ações dessa celebração, o público presente e o objetivo almejado de sacralizar o território. Percebe-se, portanto, uma prática simbólica reiterada envolvendo religiosidade, mas carente de originalidade em sua concepção.

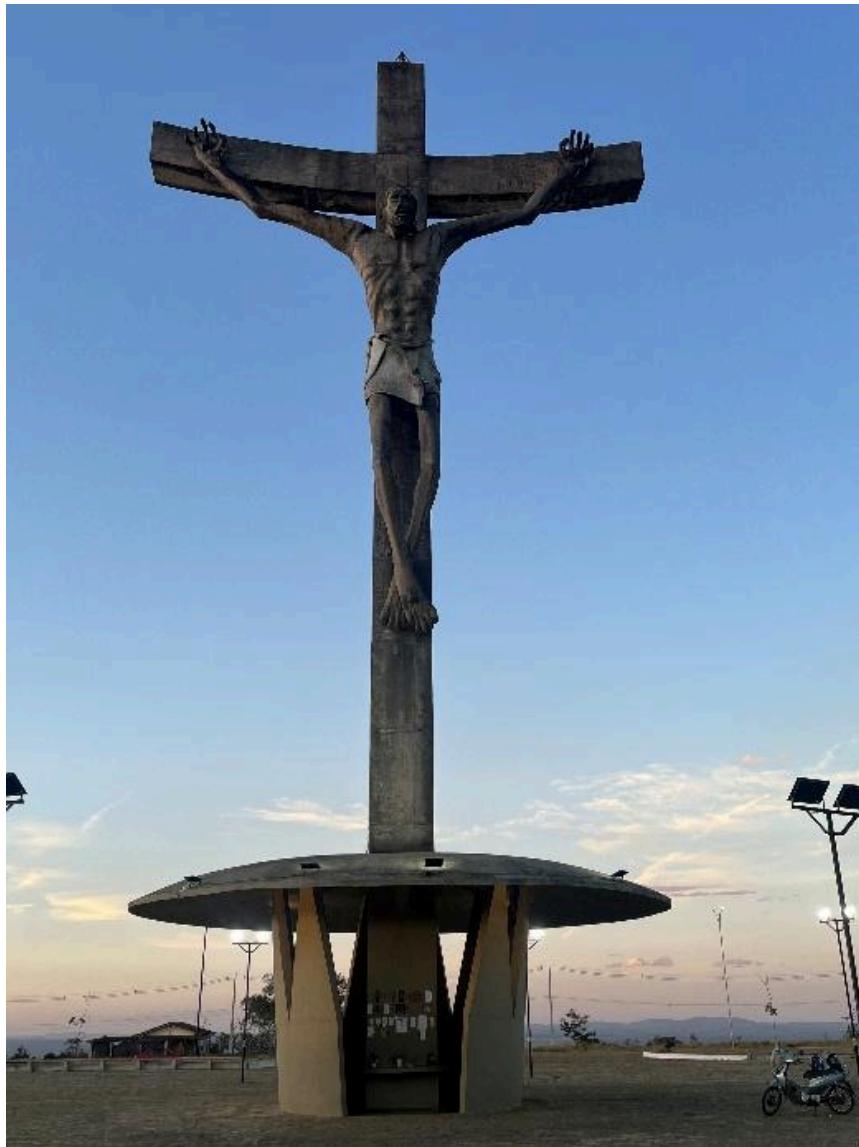
A Serra do Periperi, contudo, não abriga apenas o marco da religiosidade tradicional. Em nítido contraste com o simulacro histórico do Cruzeiro, e ocupando o mesmo espaço elevado, o Cristo Crucificado, obra do renomado artista plástico Mário Cravo, foi instalado em 9 de novembro de 1980 (Figura 3). Com 33 metros de altura, e tendo recebido apoio financeiro da Construtora Odebrecht e da Prefeitura Municipal

durante a gestão de Raul Ferraz (PMDB), a escultura se destaca por sua feição singular, divergindo das representações de Cristo mais comumente esculpidas.

Neste monumento, o Cristo é retratado com um corpo magérrimo, simbolismo que visa evidenciar as dificuldades econômicas e sociais historicamente sofridas pelo sertanejo do interior do Nordeste brasileiro. Essa representação, no topo da cidade de Conquista, apresenta-se sobre um pedestal elevado, uma base onde há um pequeno altar que abriga ex-votos e objetos devocionais, como bíblias, velas, fotografias e cartas. Com os braços abertos, e mesmo com semblante de dor, o Cristo parece abraçar a cidade, numa leitura de proteção e cuidado.

Ao impor essa figura de sofrimento e de identidade regional no ponto mais alto da cidade, Mário Cravo realiza uma subversão da representação sacra tradicional. O significado da obra combina o simbolismo religioso da fé cristã, amor e sacrifício, com a representação da luta do povo sertanejo. A escultura retrata um Cristo com feições nordestinas, cuja expressão marcada pela seca, fome e miséria remete às dificuldades históricas da população local. Por isso, o monumento vai além de um ícone de fé, afirmindo-se como um retrato e crítica social e política, confrontando a memória hegemônica.

Figura 3. Vitória da Conquista, BA: Monumento Cristo Crucificado de Mário Cravo



Fonte: O autor, 2025.

Ainda que o Cristo já representasse uma nova leitura da fé, a real quebra do monopólio católico no espaço público se deu com a ascensão dos símbolos evangélicos. Nesse contexto, o Monumento aos Dez Mandamentos foi edificado em 1982 pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, marcando-o como o primeiro símbolo religioso evangélico construído em espaço público de Vitória da Conquista, que até

então só possuía construções de cunho simbólico católico. Localizado na Praça Estevão Santos, em frente ao Fórum João Mangabeira, o monumento consiste em duas grandes placas ou tábuas de pedra onde estão inscritos os Dez Mandamentos (Figura 4).

Figura 4. Vitória da Conquista, BA: Monumento aos Dez Mandamentos.



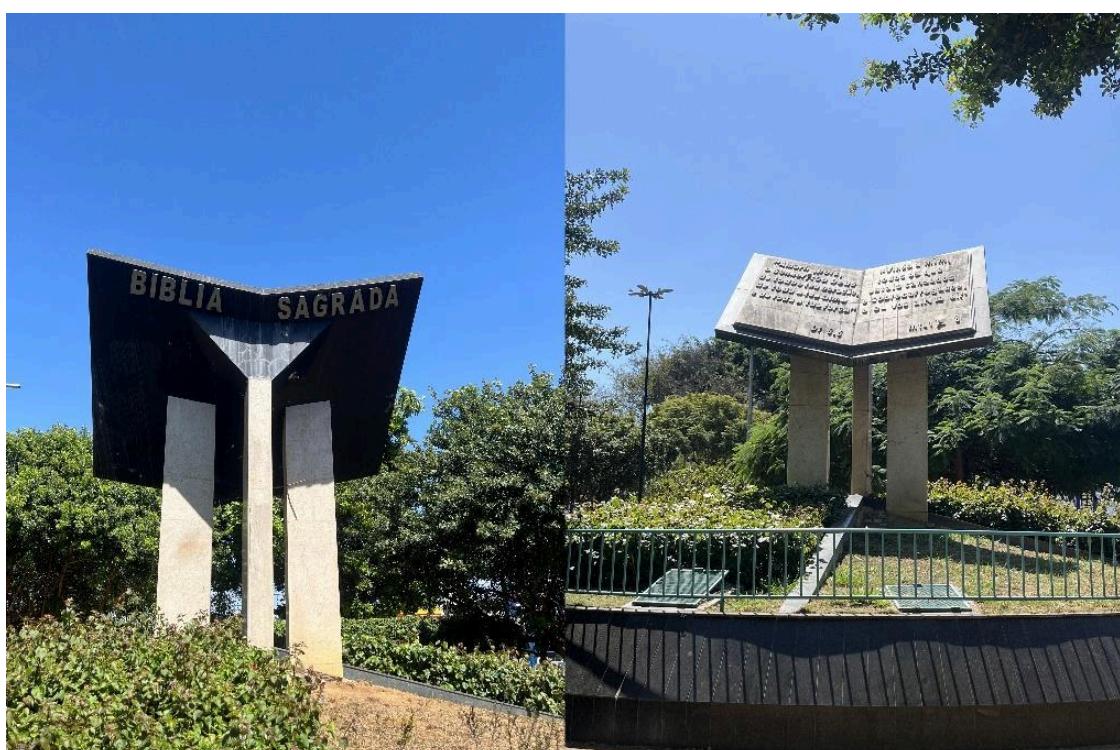
Fonte: O autor, 2025.

Sua posição estratégica é fundamental para o seu significado: a intenção clara é contrastar a Lei de Deus com a Lei dos Homens, uma vez que foi erguido justamente em frente ao edifício que representa o Poder Judiciário (Fórum). Essa localização e sua simbologia textual indicam uma nova disputa pelo poder simbólico e normativo na paisagem urbana.

Essa disputa pelo espaço público se consolidou apenas dois anos depois com a edificação de outro marco evangélico de grande significado. Em 1984, o Monumento à Bíblia foi erigido na Praça Vitor Brito, por iniciativa da Associação Evangélica Conquistense. O monumento é formado por três pilares que, em sua concepção,

simbolizam a Santíssima Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo (Figura 5). Sua instalação reforça a presença da comunidade evangélica não apenas com um código moral, como os Dez Mandamentos, mas com o próprio livro sagrado, consolidando a Bíblia como um símbolo de fé e identidade que agora rivaliza em centralidade e visibilidade com os marcos católicos tradicionais da cidade.

Figura 5. Vitória da Conquista, BA: Monumento à Bíblia.



Fonte: O autor, 2025.

Diante dessa contínua ocupação simbólica por parte das denominações evangélicas, a Igreja Católica promoveu, em 2005, um ato de reafirmação de sua hegemonia histórica na cidade. A Estátua da Nossa Senhora das Vitórias com o Menino Jesus é o último símbolo religioso edificado em Conquista, instalada em um local de destaque, ao lado da Catedral e em frente à Cúria Metropolitana. Esta escultura monumental, em material que simula bronze, homenageia a padroeira da cidade. A representação da Virgem apresenta-a com uma túnica de dobras fluidas, enquanto o Menino Jesus está sentado em seu braço esquerdo, portando uma coroa e

estendendo o braço direito em um gesto de bênção ou acolhimento aos observadores. Ao posicionar a Estátua em 2005, em local tão central e adjacente aos principais edifícios de poder católico, a Igreja reforça a memória fundacional e a primazia de sua padroeira, estabelecendo um contraponto direto à proliferação dos símbolos evangélicos (Figura 6).

Figura 6. Vitória da Conquista, BA: Monumento da Estátua da Nossa Senhora das Vitórias.



Fonte: O autor, 2025.

Essa dinâmica constrói paulatinamente uma territorialidade religiosa de domínio católico. Pois, assim como já aludido por Rosendahl (2012, p. 86), a elaboração e edificação de bens e símbolos religiosos “tendem a se concentrar nas

mãos de um grupo administrador do sagrado. Dessa maneira, o capital religioso é um instrumento de poder dos detentores exclusivos de produção e reprodução [...]. Em Vitória da Conquista, esse instrumento de poder e o predomínio católico ratificam-se anualmente, extrapolando as produções monumentais encontradas na cidade. Tal ratificação se manifesta em celebrações como a Festa anual da Padroeira Nossa Senhora das Vitórias, que ocorre sempre no dia 15 de agosto. Essa data é feriado municipal e reúne uma média de 15 a 20 mil pessoas durante a missa solene.

Além disso, como parte da programação religiosa, realiza-se uma procissão que sai do Parque de Exposições da cidade, percorrendo as ruas principais que levam até a Praça Tancredo Neves, local onde fica a Catedral Metropolitana. Importa salientar que essa celebração foi reconhecida como patrimônio cultural e imaterial do município de Vitória da Conquista, por meio da Lei nº 3.023 de 2025, na gestão municipal da prefeita Sheila Lemos (UNIÃO, 2025–2028). Destarte, esses monumentos podem ser interpretados como construções criadas intencionalmente para condensar significados e, ao mesmo tempo, representar valores que são transmitidos como se fossem de todos, sendo politicamente e religiosamente concebidos (CORRÊA, 2013).

À vista disso, é notável como a cidade nasce a partir de uma gênese político-religiosa. Com o passar dos anos, o predomínio de uma religião hegemônica, como a que se cristalizou na elite mestiça de fé católica já no século XVIII (ÁGUIAR, 2007, p. 42), foi perdendo força no espaço urbano, inserindo-se símbolos além do catolicismo, como os evangélicos. Ademais, nesse campo de forças, vale ressaltar a existência de grupos religiosos marginalizados que, embora não estejam visíveis na paisagem monumental oficial, sempre se fizeram presentes por meio de seus ritos, práticas e manifestações, como o povo de santo (Umbanda e Candomblé). É dessa forma que se estabelece uma disputa religiosa silenciosa em alguma medida pelo território conquistense (Quadro 1).

Quadro 1. Vitória da Conquista – Principais monumentos religiosos por ordem de implantação.

Ordem de fundação	Nome do monumento	Data de fundação/instalação	Localização e contexto	Tradição religiosa
1º	Igreja Original de Nossa Senhora das Vitórias	1808 (Fundação) / 1820 (Finalização)	Local onde hoje se encontra a Catedral. Demolida em 1930.	Católica
2º	O Cruzeiro da Serra do Periperi	1926	Serra do Periperi. Primeiro monumento religioso instalado na cidade.	Católica
3º	Catedral Metropolitana Nossa Senhora das Vitórias	1944 (Conclusão da construção)	Praça Tancredo Neves, Centro. Substituiu a igreja original.	Católica
4º	O Cristo de Mário Cravo	1980	Alto da Serra do Periperi.	Católica
5º	Monumento aos Dez Mandamentos	1982	Praça Estevão Santos. Primeiro símbolo evangélico em espaço público.	Evangélica
6º	Monumento à Bíblia	1984	Praça Vitor Brito. Segundo símbolo evangélico em praça pública.	Evangélica
7º	Estátua da Nossa Senhora das Vitórias	2005	Ao lado da Catedral e em frente à Cúria Metropolitana.	Católica

Elaboração: O autor, 2025.

### A disputa política e religiosa pelo espaço urbano

Esses monumentos são problematizados por estarem situados em espaços públicos da cidade. Embora essa seja uma prática recorrente em todo o Brasil, a reprodução dessas estruturas fere o princípio de laicidade do Estado, tendo como fundamento dessa discussão o Artigo 19, inciso I, da Constituição Federal de 1988 (CF/88).

É nesse aspecto que se observa uma dimensão política que se interliga com a prática territorial da religião, conforme nos aponta Rosendahl (2013). Posto que, apesar da caracterização do Brasil como um Estado laico, a religião sempre extrapolou as esferas privadas. Isto é, o catolicismo como religião nacionalmente reconhecida sempre se fez presente nos espaços públicos, seja por meio de símbolos, práticas ou edificações. Conforme Silva (2016, p. 164) sintetiza: “de fato, o campo religioso brasileiro é marcado por uma hegemonia cristã, mas também apresenta diversidade religiosa”. Dessa forma, emoldura-se no espaço urbano um campo de forças que disputa, em certa medida, o público religioso no divisionismo entre católicos e evangélicos.

Lima (2025) argumenta que os embates territoriais transcorrem nessa conjuntura que envolve, acima de tudo, o papel do Estado como instituição centralizadora/decentralizadora que possibilita ou restringe a edificação de monumentos religiosos em espaços públicos. A presença de monumentos alusivos a uma única crença indica, de modo representativo, uma luta por espaços de poder, especialmente ao se considerar que a matriz cultural e a formação religiosa brasileira estiveram calcadas na hegemonia católica desde o período colonial.

Nesse contexto de disputa, observa-se que “em algumas cidades onde o poder público construiu algum monumento, seja este alusivo à Bíblia, à imagem de Cristo, à Cruz, à Iemanjá, a Oxum, costuma haver reivindicação de outros grupos para a obtenção do mesmo direito de expor suas imagens” (SILVA, 2016, p. 160). Essas reivindicações elevam o plano do simbólico a uma dimensão de luta espacial, onde os símbolos são fixados nos espaços urbanos para que se sobreponham, ou ao menos se equiparem, ao poder religioso de grupos hegemônicos. De fato, tais representações são capazes de demarcar o grau da religiosidade em um determinado lugar, criando e

estabelecendo itinerários simbólicos onde as práticas religiosas são concretizadas por meio de celebrações, missas e encenações.

Nesse sentido, ao debater-se sobre a legitimidade da religião no espaço público, é interessante traçar a perspectiva histórica e jurídica do Brasil. Conforme relata Giumbelli (2008), o princípio da laicidade nasceu com a primeira Constituição republicana, a de 1891. Assim, o Estado rompeu com o arranjo que oficializava e mantinha a Igreja Católica, secularizando diversas instituições. Giumbelli (2008, p. 81–82) detalha esse processo, “Rompe-se com o arranjo que oficializava e mantinha a Igreja Católica; o ensino é declarado leigo, os registros civis deixam de ser eclesiásticos, o casamento torna-se civil, os cemitérios são secularizados [...]”.

É crucial notar, contudo, que essa ruptura não implicou a exclusão total da religião, mas sim a reestruturação de seu papel. Conforme o autor acrescenta: “ao mesmo tempo, incorporam-se os princípios da liberdade religiosa e da igualdade dos grupos confessionais, o que daria legitimidade ao pluralismo espiritual” (GIUMBELLI, 2008, p. 82). Contudo, esse pluralismo não é observado nos espaços públicos das cidades brasileiras, muito menos em Vitória da Conquista. Pelo contrário, há um predomínio de duas religiões que estão em constante disputa territorial, seja na edificação de templos religiosos, seja na instalação de símbolos monumentais.

A discussão em torno disso não visa a retirada ou demolição dos monumentos religiosos da cidade de Vitória da Conquista, os quais preservam a memória e compõem a identidade territorial e social. O questionamento central é: por que não incorporar todas as religiões no espaço público? Ou melhor, por que não evidenciar as crenças de todos os cidadãos em símbolos e monumentos pela cidade?

Além disso, essa tensão é evidenciada pela polêmica recente sobre o uso da Bíblia no ensino público do município. Em Vitória da Conquista, a Câmara Municipal votou pela inclusão e uso da Bíblia nas salas de aula, um ato que reacende o debate sobre o princípio da laicidade. A partir da Lei Nº 3.029, de 01 de agosto de 2025, foi aprovada pela Câmara Municipal e pela gestão municipal a utilização da Bíblia Sagrada como material de apoio e complementar, de forma opcional, nas unidades educacionais da rede municipal de ensino. Este projeto de Lei Nº 56/2024 é de autoria do vereador Edivaldo Ferreira Júnior (PSDB).

Quanto à questão do ensino religioso, a Constituição brasileira atual coloca a matrícula desse ensino como facultativa na fase do ensino fundamental, em seu Art. 210, § 1º (BRASIL, 1988), uma diretriz que tem raízes históricas nas influências da Igreja Católica na sociedade (GIUMBELLI, 2004). Sob nenhum aspecto, a legislação trata da inclusão de materiais sagrados de quaisquer religiões nos espaços escolares. Nesse sentido, a Lei Municipal Nº 3.029/2025 é analisada como inconstitucional, uma vez que a imposição de material de cunho doutrinário específico em escolas públicas fere o princípio da laicidade do Estado e a pluralidade religiosa.

Tal discussão se engendra em um momento político no qual o protestantismo (evangélico) ganha força na cidade, notadamente após a gestão municipal da prefeita Sheila Lemos (UNIÃO). Esse cenário de avanço evangélico, alinhado às pautas conservadoras, sinaliza a instrumentalização da fé por grupos ideológicos de direita/extrema-direita no cenário político local. O fato de o vereador Edivaldo Ferreira Júnior (PSDB) ser autor tanto da Lei da Bíblia (nº 56/2024) quanto da lei que reconhece a Marcha para Jesus como Patrimônio Imaterial (PL nº 124/2025) evidencia uma estratégia clara de uso da legislação para reafirmar a identidade cristã no espaço cívico e educacional, tensionando o princípio da laicidade em prol da agenda conservadora. Esse cenário reacende o debate da laicidade e da marginalização de algumas religiões em detrimento de outras.

Um movimento polêmico que reforça essa disputa pelo espaço simbólico é a celebração da Marcha para Jesus. Este evento gospel, de cunho evangélico, ocorre anualmente e integra as celebrações de aniversário da cidade. Recentemente, a Marcha para Jesus foi declarada Patrimônio Cultural e Imaterial do Município de Vitória da Conquista. Esse reconhecimento foi consolidado por meio do projeto de Lei Nº 124/2025, de autoria do vereador Edivaldo Pereira Junior (PSDB), e sancionado pela gestão municipal em 31 de outubro de 2025. A sanção da lei, realizada em evento cívico com a presença da prefeita Sheila Lemos, materializa a crescente influência evangélica nas políticas públicas e acende o debate sobre a laicidade do Estado e a atuação política dos gestores.

Isto porque, de certa forma, há uma preferência estatal clara pela fé cristã. O Estado não se esforça no sentido da neutralidade, e na maioria das vezes, os

argumentos seguem o senso comum, utilizando uma visão enviesada da história como elemento justificador e imortalizador dessa relação entre Estado e Igreja, com destaque privilegiado às religiões cristãs. Essa postura do poder público culmina, consequentemente, na invisibilidade e na marginalização das manifestações religiosas que não se enquadram no espectro cristão, como é o caso das religiões de matriz africana em Vitória da Conquista.

Cabe considerar que a desigualdade no tratamento das religiões é um fenômeno histórico e estrutural. Conforme Mariano (2011) afirma, a separação constitucional entre Estado e Igreja não pôs fim à discriminação religiosa no país.

A separação Igreja-Estado no Brasil, estabelecida com o advento da República, não pôs fim aos privilégios católicos e nem à discriminação estatal religiosa às demais crenças, práticas e organizações mágico-religiosas, sobretudo às do gradiente espírita. Neutralidade estatal zero em matéria religiosa. Mas a discriminação não restringiu-se de modo algum à atuação de agentes e instituições estatais. Agentes públicos e privados, cada qual à sua maneira, discriminaram abertamente os cultos espíritas e afro-brasileiros (MARIANO, 2011, p. 246).

Essa discriminação é nítida quando se observa que Vitória da Conquista, uma cidade que possui raízes históricas calcadas nos povos indígena e negro, não apresenta símbolos identitários-religiosos de suas manifestações de fé e crença, como é o caso das religiões afro-brasileiras. As autoridades públicas ajudam a silenciar e invisibilizar os grupos religiosos que não se enquadram na fé hegemônica, de modo que as religiões de matriz africana, em particular, são marginalizadas pelo poder estatal. Entretanto, essa invisibilidade institucional não reflete a realidade da prática religiosa.

Araújo e Santos (2025, p. 10) estimam que a cidade de Vitória da Conquista abrigue, atualmente, mais de duzentos terreiros de religiões de matriz africana, um fato desconhecido pela maior parte da população local. Esses espaços sagrados, que demonstram um perfil plural, estão distribuídos tanto na zona urbana quanto na zona rural. Eles se manifestam em diversas formas físicas: desde casas humildes e grandes templos nas periferias, residências no centro da cidade e cômodos adaptados em fundos de quintais, até sítios próximos ao anel viário. Essa multiplicidade de locais (ilês, terreiros, barracões ou centros), que podem ser próprios, alugados ou de

herança, evidencia a complexidade da territorialidade sagrada dessas religiões, onde o espaço familiar frequentemente se confunde com o religioso. Tais grupos religiosos resistem ao silenciamento e ao apagamento de suas crenças, mesmo diante da hegemonia propagada pelo catolicismo histórico e agora pelo avanço do neopentecostalismo evangélico.

Aqui também, importa-nos pontuar sobre os últimos dados realizados pelo Censo do IBGE, 2022. Esses dados revelam a diversidade religiosa presente em Vitória da Conquista, mesmo que os grupos de matriz afro-brasileira permaneçam ausentes dos símbolos monumentais, ruas e praças da cidade.

De acordo com o Censo 2022, a população de Vitória da Conquista é majoritariamente católica (50,9%), seguida por evangélicos (29,7%). Embora o número de pessoas que se declararam de Umbanda e Candomblé tenha registrado um crescimento de 194,5%, é fundamental destacar que historicamente esse grupo buscou se desvincilar de suas crenças para evitar preconceito e exclusão.

Isso significa que, historicamente, um grande grupo dos adeptos dessas religiões publicamente se denominam católicos ou espíritas. Tal estratégia de autopreservação é longamente documentada: “Mãe Menininha do Gantois (uma das maiores mães de santo do Brasil) se apresentava como católica, [o que demonstra que] ampliar os horizontes nos ajuda a compreender o caldeirão multicultural e as estratégias utilizadas pelo povo negro para proteger e difundir os seus costumes” (ARAUJO e SANTOS, 2025, p. 17). Por isso, mesmo com os dados evidenciados pelo Censo, é preciso considerar essa trajetória de autopreservação que se mantém até os dias atuais.

Águia (2007) também tece ressalvas sobre a estrutura religiosa de Vitória da Conquista, afirmando que “o conjunto das religiões praticadas, hoje [...] especialmente as religiões afro-brasileiras e a batista, provavelmente decorre das relações vivenciadas por aqueles que, desde o século XVIII, permitem experiências e símbolos, em situações históricas distintas.” Em outras palavras, esse território, inicialmente ocupado pelos povos originários, foi invadido por colonizadores, em sua maioria homens miscigenados descendentes de portugueses e indígenas, que ao adentrarem o Sertão da Ressaca, trouxeram consigo sujeitos escravizados. Dessa

relações históricas e demográficas, estabeleceram-se as matrizes religiosas da cidade. O autor pontua ainda que, durante todo o século XIX, o catolicismo era a única religião praticada livremente, sendo o espiritismo kardecista introduzido em 1890, e o protestantismo (com a Batista) consolidado apenas no final do século XIX. Nesse interim, já existia as tradições afro-indígenas, tais como presépios, samba de rodas, penitencias e ladainhas.

Quanto às religiões afro-brasileiras inseridas na cidade, estas possuem documentação de repressão desde 1874. Registros públicos encontrados no Fórum da cidade, por exemplo, constam um processo-crime contra um líder religioso acusado de ser curandeiro e pela prática de feitiçaria. Além disso, na Câmara Municipal, há atas que registram os Códigos de Posturas Municipais, elaborados pela Câmara da Imperial Vila da Vitória em 1842.

Conforme Águia (2007, p. 84), esses códigos eram:

Instrumento jurídico realizado para submeter a população especialmente pobre, quase sempre negros, índios e seus descendentes, a um controle social, político e religioso. Quaisquer manifestações como **samba, batuques, rezas e cantorias**, dentre outras, eram proibidas, ficando os seus praticantes sujeitos a multas e prisões (grifo nosso).

Ou seja, a esses grupos religiosos, desde a fundação da cidade, sempre restou a resistência pela manutenção de sua identidade religiosa e social, mesmo diante da repressão e do silenciamento promovidos pela esfera pública, tanto no passado quanto na atualidade. Isso justifica a invisibilidade dos templos de Umbanda e Candomblé na cidade, que, em sua maioria, estão localizados nas periferias, com pouca ou nenhuma identificação visível, justamente para protegê-los dessa prática sistêmica de exclusão e violência.

Ademais, neste território que pertenceu aos povos originários, é fundamental ressaltar que a atual população da cidade é composta majoritariamente por povos negros. De acordo com os dados do Censo do IBGE de 2022, mais de 70% da população residente em Vitória da Conquista se autodeclara preta ou parda (sendo 56,3% de pardos e 13,9% de pretos), enquanto 29,5% se declaram brancos e há menos de 1% de indígenas e amarelos, em uma população total de 370.868 habitantes. Esses dados são cruciais para criticar a máxima propagada de que

Conquista é a “Suíça Baiana”. Esse termo, aludido na introdução, carrega, na verdade, uma retórica de branqueamento e apagamento histórico dos povos originários e negros. Araújo e Santos (2025, p. 4) corroboram essa crítica, “todavia, nos parece que essa designação encontra maior amparo numa constante tentativa de europeização da cidade, de apagamento de suas raízes indígenas e negras, de afastamento do nordeste (e do restante da Bahia) e aproximação do sudeste”.

A alcunha, embora remeta à temperatura amena e a um status europeu de riqueza (conforme a crítica local aponta), não se aproxima da realidade sociodemográfica ou econômica local. Pelo contrário, conforme evidenciado pelo Censo do IBGE (2022), essa “Suíça Baiana” é essencialmente negra e resiste historicamente contra o apagamento e a exclusão religiosa e de seus ritos.

## Conclusão

À guisa de conclusão, a pesquisa objetivou analisar o papel da religião na consolidação e na disputa simbólica do espaço urbano de Vitória da Conquista, por meio da interpretação dos seus principais monumentos. Os resultados confirmam que a dimensão religiosa é um elemento basilar e não neutro na formação da cidade, com o sagrado e o político entrelaçando-se de forma intrínseca para normatizar discursos e modelar o tecido urbano.

A análise da paisagem monumental revelou três eixos que conectam poder e memória: a hegemonia histórica, a disputa e instrumentalização política, e a marginalização estrutural e resistência. A hegemonia histórica é evidenciada pela Catedral Metropolitana Nossa Senhora das Vitórias e pelo Cruzeiro da Serra do Periperi, que atuam como poderosos artefatos de memória seletiva. Estes marcos, ancorados na lenda fundacional do milagre e na violência do massacre indígena, consolidaram o capital religioso católico no centro cívico e no ponto mais alto da cidade.

A disputa e a instrumentalização política são refletidas na ascensão dos símbolos evangélicos, que buscam rivalizar em centralidade com o catolicismo. Essa disputa atinge o ápice na esfera política, como demonstrado pela Lei da Bíblia nas

escolas e pelo reconhecimento da Marcha para Jesus como Patrimônio Imaterial, atos que sinalizam uma clara instrumentalização da fé por grupos ideológicos de direita/extrema-direita, ferindo o princípio da laicidade do Estado.

Por fim, a marginalização estrutural é verificada quando a cidade materializa a discriminação histórica ao relegar as religiões de matriz africana à invisibilidade institucional. A ausência de monumentos para os grupos de Umbanda e Candomblé contrasta drasticamente com sua forte presença na periferia, reforçando a exclusão. Essa exclusão é agravada pela própria identidade da cidade, na qual a retórica da “Suíça Baiana” opera um simbólico branqueamento de sua população majoritariamente negra.

Por fim, os monumentos religiosos de Vitória da Conquista não são meros adornos urbanos; eles são discursos materializados que perpetuam a narrativa hegemônica, silenciando as raízes ancestrais e minorias. A luta pela inclusão e reconhecimento dos grupos marginalizados no espaço público, portanto, é uma luta pela própria identidade e pela democratização da memória da cidade.

### Referências bibliográficas

AGUIAR, Itamar Pereira de. **Do púlpito ao baquiço: religião e laços familiares na trama da ocupação do Sertão da Ressaca.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

ARAÚJO, Alexandre Garcia; Santos, Cláudio Eduardo Félix dos. Do sertão da ressaca à suíça baiana: memórias das religiões de matriz africana em vitória da Conquista - BA. **Revista Contemporânea**, v. 5, n° 3, p. 1 - 22 2025. Disponível em: <https://ojs.revistaccontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/7791/5469>  
Acesso em: 28 out. 2025.

ARGAN, Giulio Carlo. **Clássico Anticlássico**, SP: Cia das Letras, 1999.  
BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).  
Acesso em: 25 out. 2025.

CARVALHO, José Murillo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural**: uma antologia, volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 73-100.

- CORRÊA, Roberto Lobato. Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 9-22, 2007b. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/1139> Acesso em: 20 set. 2025.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo. Martins Fontes, 1996.
- FONSECA, Humberto José. Formação política da região sudoeste da Bahia. In: AGUIAR, Edinalva Padre. **O poder em disputa – Vitória da Conquista e região**. Museu Regional de Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1999.
- GIL FILHO, Fausto Sylvio. Geografia das formas simbólicas em Ernst Cassirer. In: BARTHE-DELOIZY, Francine; SERPA, Angelo. (orgs). **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia**. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 47-66.
- GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-85872008000200005>. Acesso em: 15 set. 2025.
- GIUMBELLI, Emerson. Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, p. 47-62, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300005>. Acesso em: 19 out. 2025.
- IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@: Vitória da Conquista (BA): Panorama Censo 2022: Religiões - Resultados preliminares da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/pesquisa/10101/0>. Acesso em: 03 nov. 2025.
- IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@: Vitória da Conquista (BA): Panorama Censo 2022: Cor ou Raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/pesquisa/10102/122229>. Acesso em: 03 nov. 2025.
- LIMA, Wesley dos Santos. **Representações da hegemonia política: identidade e religião na espacialização das formas simbólicas em Palmas - TO (1989 – 2017)**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2025.
- MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio-ago, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2011.2.9647>. Acesso em: 30 out. 2025.
- MORAIS, Gerlane Bezerra Rodrigues. **Monumentos de Vitória da Conquista: patrimônio cultural e discursos**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Memória Social. Mestrado em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- OLIVEIRA, Renata Ferreira de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Tecendo memórias: identidade e resistência indígena no planalto da conquista nos fins do século XX e princípios do século XXI. **Educação, Gestão e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 1 – 20, 2011. Disponível em: [https://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/uploads/20170427132808.pdf](https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/uploads/20170427132808.pdf) Acesso em: 28 out. 2025.
- ROCHA, Altemar Amaral. O papel de João Gonçalves da Costa na produção do espaço baiano – entre os séculos XVIII E XIX: as origens do território de Vitória da

Conquista. **Geopauta**, [S. I.], v. 2, n. 3, p. 83–99, 2018. DOI: 10.22481/rg.v2i3.3732. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/geo/article/view/3732>. Acesso em: 14 jul. 2025.

ROSENDALH, Zeny. O sagrado e sua dimensão espacial. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Orgs.). **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**, p. 73 -100, 2012.

SILVA, Clemildo Anacleto. Símbolos religiosos em espaços públicos: para pensar os conceitos de laicidade e secularização. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 19 n. 2, 2016, p. 154-173. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/issue/view/930>. Acesso em: 07 Jul. 2025.

VIANA, Aníbal Lopes. **Revista histórica de Conquista**. Edição Jornal de Conquista, 1982.

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). Câmara Municipal. **Lei nº 3.029, de 01 de agosto de 2025**. Dispõe sobre a utilização da Bíblia Sagrada como material de apoio e complementar nas unidades educacionais da rede municipal de ensino da cidade de Vitória da Conquista, de forma opcional. Vitória da Conquista, BA: Câmara Municipal, 2025. Disponível em: [https://sapl.vitoriadaconquista.ba.leg.br/media/sapl/public/materialelegislativa/2025/20407/projeto\\_de\\_lei\\_56-2025 dispoe sobre a utilizacao da biblia como material de a poio\\_complementar.pdf](https://sapl.vitoriadaconquista.ba.leg.br/media/sapl/public/materialelegislativa/2025/20407/projeto_de_lei_56-2025 dispoe sobre a utilizacao da biblia como material de a poio_complementar.pdf). Acesso em: 04 out de 2025.

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 124, de 2025**. Declara a Marcha para Jesus como Patrimônio Cultural e Imaterial do Município de Vitória da Conquista e dá outras providências. Vitória da Conquista, BA: Câmara Municipal, 2025. Disponível em: [https://sapl.vitoriadaconquista.ba.leg.br/media/sapl/public/materialelegislativa/2025/21143/projeto\\_de\\_lei\\_124-2025-l.pdf](https://sapl.vitoriadaconquista.ba.leg.br/media/sapl/public/materialelegislativa/2025/21143/projeto_de_lei_124-2025-l.pdf). Acesso em: 4 out. de 2025.

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). Prefeitura Municipal. **Lei nº 3.023, de 11 de junho de 2025**. Reconhece como Patrimônio Cultural e Imaterial de Vitória da Conquista a Festa da Padroeira Nossa Senhora das Vitórias. Vitória da Conquista, BA: Prefeitura Municipal, 2025. Disponível em: <http://leismunicipa.is/2pyo1>. Acesso em: 4 out. de 2025.